

certo, aberto através do aviso n.º 10861/2017, publicado no *Diário da República* n.º 182, de 20 de setembro de 2017 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com os trabalhadores Nuno Miguel da Silva Lapa Monteiro, Cláudia Maria Oliveira Dias, Ângela Marisa Rosário Duarte Santos Monteiro, Bruno Miguel Dias dos Santos, Ana Isabel de Brito Barreiros Carrilho, Agostinho Paulo Ferreira Monteiro, Márcio José Teixeira Rebelo e Luís Miguel Da Silva Mesquita, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Os trabalhadores ficarão sujeitos a um período experimental nos termos do artigo 49.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

28 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Ângelo Manuel Mendes Moura*.

312016271

Aviso n.º 2644/2019

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torno público que por despacho datado de 31 de dezembro de 2018 e na sequência dos resultados do procedimento concursal para catorze lugares da categoria de Assistente Operacional, (apoio à família), Ref.ª B, para a Divisão de Educação, Ação Social e Cultural na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, aberto através do aviso n.º 10861/2017, publicado no *Diário da República* n.º 182, de 20 de setembro de 2017 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com os trabalhadores Maria João Alves Amaral Pinto, Maria Teresa Marques da Silva Pereira, Isabel Maria Lopes Portilho, Ricardo Gil Bogas dos Santos Teixeira, Maria Miquelina Varanda Gonçalves de Sousa, Susana Cristina Rodrigues Lopes Carneiro, Marisa Ferreira Pinto Dias, Bruno Sérgio Gonçalves Maravilha, Luciana Maria Melo Teixeira Pedro, Ana Cristina Monteiro Vicente da Fonseca, Telma Vanessa Amaro Magalhães, Liliana Patrícia Lima Filipe, Cláudia Filipa Pinto Gonçalves e Maria Adelaide Xavier da Fonseca, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Os trabalhadores ficarão sujeitos a um período experimental nos termos do artigo 49.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

28 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Ângelo Manuel Mendes Moura*.

312016499

Aviso n.º 2645/2019

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torno público que por despacho datado de 31 de dezembro de 2018 e na sequência dos resultados do procedimento concursal para dois lugares da categoria de Assistente Técnico, Ref.ª E, para a Divisão de Educação, Ação Social e Cultural na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, aberto através do aviso n.º 10861/2017, publicado no *Diário da República* n.º 182, de 20 de setembro de 2017 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com os trabalhadores Daniela Sofia Duarte dos Santos Duarte e Fernando Conceição Gomes, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Os trabalhadores ficarão sujeitos a um período experimental nos termos do artigo 49.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

28 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Ângelo Manuel Mendes Moura*.

312016596

MUNICÍPIO DE MELGAÇO

Aviso n.º 2646/2019

Elaboração do Plano de Urbanização e das Carvalhiças

Manoel Batista Calçada Pombal, Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, torna público, ao abrigo e para os efeitos previstos nos artigos 76.º, 88.º e 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 25 de julho de 2018, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à abertura do procedimento para a elaboração de projeto de

Plano de Urbanização das Carvalhiças, sujeito a avaliação ambiental, aprovar os respetivos Termos de Referência e estabelecer um prazo de 180 dias para a sua elaboração.

Mais se informa que decorrerá um período de participação preventiva, por um prazo de 15 dias contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, estando os elementos relativos ao processo de elaboração da proposta do Plano de Urbanização das Carvalhiças disponíveis para consulta na Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, sito no Largo Hermenegildo Solheiro, entre as 9h00 e as 17h00 e em www.cm-melgaco.pt. A formulação de sugestões e a apresentação de informações deverão ser efetuadas por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, entregues no balcão único da Câmara Municipal ou remetidas por correio ou correio eletrónico para o endereço: geral@cm-melgaco.pt.

24 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Manoel Batista Calçada Pombal*.

Deliberação

O Executivo deliberou aprovar por unanimidade a abertura do procedimento para a elaboração de proposta de Plano de Urbanização das Carvalhiças, sujeito a avaliação ambiental, estabelecendo o prazo de 180 dias para o efeito e um período de participação de 15 dias, bem como, aprovar os termos de referência para a elaboração do Plano de Urbanização das Carvalhiças e o estabelecimento de medidas preventivas.

Mais deliberou a publicação da presente publicação e *Diário da República* e a correspondente divulgação.

As presentes deliberações foram realizadas nos termos e para os efeitos da informação interna n.º 6321, de 23-07-2018, e do relatório de Proposta do Plano de Urbanização, no uso das competências que lhe confere a alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

27 de julho de 2018. — A Secretária, *Soraia de Fátima Vaz Domingues*. — O Presidente da Câmara, *Manoel Batista Calçada Pombal*.

612054552

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

Aviso n.º 2647/2019

Anulação de Procedimento Concursal

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 2, do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e de harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal do Município de Miranda do Douro na sua reunião ordinária realizada no dia 28 de dezembro de 2018, se procedeu à anulação do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior — área de engenharia civil — cujo aviso de abertura com o n.º 6152/2017, foi publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 105, de 31 de maio de 2017, bem como na Bolsa de Emprego público em 31 de maio de 2017.

11 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Artur Manuel Rodrigues Nunes*, Dr.

312019058

MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA

Aviso n.º 2648/2019

Projeto de alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Proença-a-Nova

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, torna público que, após ter sido dado cumprimento ao previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não houve lugar à constituição de interessados no procedimento e não foi rececionado nesta autarquia a apresentação de contributos para a elaboração do presente projeto de regulamento.

Nestes termos, a Câmara Municipal de Proença-a-Nova, na sua reunião ordinária realizada no dia 21 de janeiro, deliberou aprovar o projeto de alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Proença-a-Nova, e considerando a natureza da matéria a regular, submetê-lo a consulta